

**GOLPES E DITADURAS LATINO-AMERICANAS NO SÉCULO XX: ANÁLISES A
PARTIR DA TEORIA MARXISTA DA DEPENDÊNCIA**

**GOLPE DE ESTADO Y DICTADURA EN AMÉRICA LATINA DEL SIGLO XX:
ANÁLISIS A PARTIR DE LA TEORIA MARXISTA DE LA DEPENDENCIA**

**LATIN AMERICAN COUP AND DICTATORSHIPS IN 20TH CENTURY: ANALYSIS BASED
ON THE MARXIST THEORY OF DEPENDENCE**

DOI: <http://doi.org/10.9771/gmed.v14i1.49011>

Gabriel Beltrão¹

Thays Fidelis²

Resumo: Apresentamos o debate sobre a natureza das ditaduras latino-americanas das décadas de 1960 e 1970 no seio da Teoria Marxista da Dependência (TMD). Apresentamos as formulações de alguns pesquisadores da TMD, demonstrando que parte deles se aproximava (mesmo que de forma velada) à formulação da Internacional Comunista na análise de tais ditaduras, elaborando os conceitos de *neofascismo* e *fascismo dependente*. Marini, rejeitando essas formulações, elabora o conceito de *Estado de Contra-insurgência*, respaldando sua elaboração na leitura do fascismo feita por Nicos Poulantzas. Apresentamos os argumentos dos autores expondo suas diferenças, enfatizando a diferença na base de análise de Marini e dos demais autores da TMD.

Palavras-chave: Capitalismo dependente. Fascismo dependente. Estado de contrainsurgência.

Resumen: Presentamos el debate sobre la naturaleza de las dictaduras latinoamericanas de las décadas de 1960 y 1970 dentro de la Teoría Marxista de la Dependencia (TMD). Presentamos las formulaciones de algunos investigadores del TMD, demostrando que parte de ellos se acercó (aunque sea de manera velada) a la formulación de la Internacional Comunista en el análisis de dichas dictaduras, elaborando los conceptos de *neofascismo* y *fascismo dependiente*. Marini, rechazando estas formulaciones, elabora el concepto de *Estado de Contrainsurgencia*, apoyando su elaboración en la lectura del fascismo hecha por Nicos Poulantzas. Presentamos los argumentos de los autores, exponiendo sus diferencias, enfatizando la diferencia en la base de análisis de Marini y los demás autores de TMD.

Palabras clave: Capitalismo dependiente. Fascismo Dependiente. Estado de contrainsurgencia.

Abstract: We present the debate on the nature of Latin American dictatorships of the 1960s and 1970s within the Marxist Theory of Dependence (TMD). We present the formulations of some TMD researchers, demonstrating that part of them approached (even if in a veiled way) the Communist International's formulation in the analysis of such dictatorships, elaborating the concepts of *neofascism* and *dependent fascism*. Marini, rejecting these formulations, elaborates the concept of the *State of Counterinsurgency*, supporting its elaboration in the fascism perspective made by Nicos Poulantzas. We present the authors' arguments, exposing their differences, emphasizing the difference in the basis of analysis by Marini and the other authors of TMD.

Key words: Dependent capitalism. Dependent Fascism. Counterinsurgency Staty.

Introdução

O debate acerca do fascismo foi reativado no Brasil e no mundo nas décadas iniciais do século XXI. A emergência de massivos movimentos neofascistas nos países europeus e nos EUA, muitos dos quais com expressiva força eleitoral, trouxe de volta para as ciências sociais a questão do fascismo, a qual estava secundarizada como algo historicamente datado, circunscrita ao entreguerras. Com a vitória eleitoral de Donald Trump, nos EUA, e de Jair Bolsonaro, no Brasil, definitivamente este fenômeno político foi alçado ao rol de objetos prioritários da análise acadêmica nas mais variadas especialidades das ciências sociais. Mais que isso, a cena política e a grande mídia passam a se utilizar da qualificação política de “fascista” para designar opositores políticos autoritários e de direita, popularizando o termo não raramente em prejuízo ao rigor analítico. O adversário político muitas vezes se converte imediatamente em “fascista”.

As reflexões contemporâneas sobre a aderência, ou não, do conceito de fascismo para a caracterização de governos como o de Bolsonaro não são inéditas nas ciências sociais latino-americanas. A questão vem sendo objeto de pesquisas desde os anos 50 quando do tratamento dos governos Vargas, Perón e Cárdenas, tendo forte impulso nos anos 70 com a instalação das ditaduras empresarial-militares em quase todo o subcontinente sul-americano. O presente artigo busca trazer à tona uma vertente que interveio no seio da discussão sobre a caracterização dos regimes de exceção do Cone Sul, mais especificamente os autores da Teoria Marxista da Dependência (TMD). Intenta-se não apenas apresentar as propostas de autores como Ruy Mauro Marini, Vânia Bambirra e Theotônio dos Santos tendo em vista a contribuição que podem proporcionar aos estudos hodiernos, mas também apresentar a hipótese de que estes possuíam filiações analíticas distintas para o tratamento do fenômeno político do fascismo, cujo corolário reside nas distintas caracterizações por eles defendidas da realidade latino-americana na década de 70.

Com este fito, o artigo se subdivide em três seções, após às quais serão apresentadas as conclusões. Na primeira seção, serão apresentadas as condições materiais que sustentaram as ditaduras latino-americanas entre as décadas de 60-80. Tais regimes políticos não podem ser compreendidos sem o recurso à análise crítica da economia política, posto que as alterações de rota do imperialismo impactaram diretamente sobre os regimes políticos então vigentes no subcontinente. Na segunda seção, será apresentada a análise que Bambirra e Santos fizeram a fim de qualificar as ditaduras da América Latina (AL) como expressões do que definem como fascismo dependente, lançando-se a hipótese de que os autores se lastreiam, no essencial, nas elaborações da III Internacional para operar o conceito de fascismo na AL. Na terceira e última seção, será apresentada a alternativa analítica proposta por Marini, especificamente o seu conceito de Estado de contra-insurgência, o qual, segundo nossa hipótese, distancia-se das formulações da III Internacional e encontra elos com a formulação de Nicos Poulantzas em seu estudo teórico sobre o fascismo.

As transformações econômicas mundiais e suas exigências para a América Latina

A AL inicia sua integração ao mercado mundial em consonância com a expansão do mercado mundial, ainda enquanto colônia produtora de metais preciosos e gêneros exóticos. Essa integração proporcionou o desenvolvimento do capital comercial e financeiro europeu, a manutenção do sistema manufatureiro e impulsionou a grande indústria. Enquanto na Europa acontecia a Revolução Industrial, aqui na AL estávamos passando pelo processo de emancipação política – esta firmará o fluxo de mercadorias (e de capitais, posteriormente) para os países centrais (Inglaterra, inicialmente). A Inglaterra seria o principal articulador e cliente: esse país trocaria manufaturas de consumo imediato e empréstimos por bens primários produzidos e exportados pelos países recém-emancipados.

Dessa relação resulta a posição dos países da AL na divisão internacional do trabalho, divisão esta que determinará o posterior desenvolvimento da região. Marini (2011) afirma que é a partir dessa divisão que será configurada a dependência: “uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência” (p. 134). Dessa relação de subordinação não resulta a independência e sim a continuidade da dependência, a menos que fossem suprimidas as relações de produção.

Ao falar da não homogeneidade entre a situação colonial e a situação de dependência (dado que há uma mudança qualitativa após a superação da situação colonial), Marini aponta que apesar do papel fundamental da AL para a formação da economia mundial capitalista, a AL só se articula plenamente a partir do surgimento da grande indústria – esse acontecimento é um ponto chave para a divisão internacional do trabalho. Enquanto os países da AL ocupavam-se da produção de bens de subsistência agropecuários para a população europeia, esta pôde se ocupar da indústria e dos serviços, resultando num aprofundamento da divisão do trabalho e numa especialização dos países industriais como produtores de manufaturas. Além da capacidade de produzir uma oferta mundial de alimentos, a AL contribuiria para a formação de um mercado de matérias-primas industriais. Essa última função continuará a ser desempenhada mesmo após a divisão internacional do trabalho ter alcançado novos patamares³. Assim, a participação da AL no mercado capitalista mundial contribuirá para que “o eixo da acumulação na economia industrial se desloque da produção de mais-valia absoluta para a de mais-valia relativa” (MARINI, 2011, p. 138), enquanto o eixo da acumulação daqui continuaria sendo a mais-valia absoluta.

Marini (2019) considera a década de 1960 como um período de mudança estrutural do setor industrial no qual há um deslocamento do eixo de acumulação de capital. Tal deslocamento se dava das *indústrias tradicionais* (têxteis, vestuário, calçados etc.), em que predominavam a burguesia média e pequena, para as chamadas *indústrias dinâmicas*, dedicadas à produção de bens mais sofisticados e suntuários [...], em que o predomínio cabia ao grande capital nacional e estrangeiro (MARINI, 2019, p. 29). Esse deslocamento aparece como plano de governo⁴ nos diversos países da América Latina, no qual

eram oferecidas diversas facilidades ao grande capital, seja através de financiamento público e crédito ao consumidor, seja através de investimentos em infraestrutura e em indústrias básicas por parte do Estado.

Quando pensamos no processo de industrialização na América Latina pensamos no processo de substituição de importações que consistia basicamente

na substituição dos bens manufaturados estrangeiros pelos nacionais. Isso foi possível devido à contenção das importações, o que gerou uma demanda não atendida. A partir dessa situação foram criadas as condições para a utilização das divisas obtidas mediante a exportação dos produtos do setor primário [...], orientando-as para a importação de equipamentos, máquinas e matérias-primas necessárias para a instalação de fábricas no território nacional, destinadas à produção de bens anteriormente importados (BAMBIRRA, 2019, p. 63).

Esse processo, no entanto, não aconteceu sem motivo. Devido a I Guerra Mundial e a Crise de 1929, a economia mundial precisava se reorganizar e os países de economia dependente cumpriam um papel fundamental nessa reorganização, provocando a aceleração do processo de industrialização que vinha ocorrendo lentamente nessas economias – que aconteceram com maior ou menor rapidez de acordo com sua formação social anterior.

Essa aceleração do processo de industrialização só foi possível devido à existência de um mercado interno que cresceu devido às mudanças nas relações sociais de produção que passaram a ser tipicamente capitalistas, com a separação entre proprietários dos meios de produção e, a partir de meados do século XIX, proprietários livres da força de trabalho. Essas relações passam a ser predominantes em setores-chave da economia primário-exportadora, como Bambilra exemplifica no setor cafeeiro paulista que “a partir da abolição da escravidão se desenvolveu fundamentalmente apoiado no trabalho assalariado, apesar da sua coexistência com outras formas de exploração do trabalho, como a parceria” (2019, p. 65).

Conforme Bambilra (2019), o processo de substituição de importações ocorre sequencialmente em quatro setores: inicia no setor de bens de consumo leves e segue para os setores de bens de consumo duráveis, bens de produção intermediários e de bens de produção pesados (máquinas de fazer máquinas). Essa sequência ocorre, grosso modo, devido a dois fatores: à criação do mercado interno, devido ao crescimento da porcentagem de força de trabalhado assalariada nos setores-chave da economia agrário-exportadora; e às transformações no processo produtivo dos países de capitalismo central (em especial na Inglaterra) que impõem aos países dependentes uma readaptação para a satisfação das demandas da expansão do capitalismo mundial.

Após a primeira fase, que industrializa apenas os setores de bens de consumo, esse processo passa para os setores orientados para a exportação visando garantir o atendimento das demandas que surgem a partir da segunda Revolução Industrial – momento caracterizado pela produção em série de máquinas de fazer máquinas. A modernização do sistema produtivo dos países dependentes objetiva, segundo Bambilra, “o aumento da produção de matérias-primas e dos produtos agrícolas para satisfazer as demandas crescentes da nova fase de industrialização nos países capitalistas avançados” (2019, p. 66) e “a expansão dos mercados internos desses países, a fim de que sejam capazes de absorver maior

quantidade dos produtos manufaturados dos países capitalistas centrais” (BAMBIRRA, 2019, p. 66). Esses objetivos explicam, em grande medida, a velocidade da conclusão, no início do século XX, do processo de partilha do mundo entre as grandes potências.

Além disso, esses objetivos transformam modernamente os setores primário-exportadores dos países dependentes de duas formas: na organização social da produção e na capacidade produtiva do setor exportador.

Em relação à organização social da produção, modifica-se a relação social predominante que passa a ser a compra da força de trabalho em troca de salário (em detrimento do trabalho servil), trazendo uma proletarianização dos trabalhadores da cidade e do campo – transformação conveniente à relação entre os países centrais e dependentes. Além do surgimento do proletariado, surgem novas frações de classe, como a burguesia industrial. O surgimento dessas classes e frações redefinem o poder das oligarquias latifundiárias, mineradoras comerciantes e exportadoras que expandem suas áreas de domínio.

Em relação à capacidade produtiva do setor exportador, as mudanças tecnológicas, através da introdução de novos instrumentos e sistemas de produção e transporte, resultam no aumento da capacidade de capitalização e da capacidade produtiva. Em cadeia, aumenta a capacidade de absorção de força de trabalho com maiores salários (impactando no mercado interno) e cria e expande os setores complementares ao exportador (como o comercial, de transporte, comunicações, serviços etc.). Esses setores, mesmo subordinados ao setor exportador, possuem uma certa autonomia em relação a eles, possibilitando tanto absorção de mão de obra em uma série de atividades públicas e privadas, como também desenvolvem um novo processo econômico que é o da industrialização urbana – com características próprias de um país de capitalismo dependente.

Por mais significativa que tenha sido o processo de industrialização dos países da AL, “a indústria continuou sendo ali uma atividade subordinada à produção e exportação de bens primários, que constituíam, estes sim, o centro vital do processo de acumulação” (MARINI, 2011, p. 159). Ou seja, o processo de industrialização brasileiro seguiu subordinado à produção e exportação de bens primários, diferente do processo de industrialização dos países de capitalismo central. E é somente no período entre as guerras mundiais que o eixo da acumulação na AL é deslocado para a indústria.

As correntes desenvolvimentistas, encabeçadas pela Comissão Econômica para América Latina e o Caribe, identificavam os processos de industrialização dos países centrais e periféricos, afirmando que da mesma maneira que aconteceu lá aconteceria aqui e que, portanto, o processo de industrialização mudaria a condição dos países periféricos de subdesenvolvidos para desenvolvidos – num sentido contrário ao desenvolvimento desigual e combinado. As aparentes semelhanças, ao invés de se acentuarem, foram sendo atenuadas e as características específicas da industrialização foram aparecendo: a criação do mercado interno se deu de maneira totalmente distinta entre a economia clássica e as economias dependentes e, segundo Marini, isso teria repercussões gravíssimas.

Na economia clássica, a separação dos produtores dos seus meios de produção cria, ao mesmo tempo, trabalhador e consumidor. Essa dupla criação estabelece uma relação estreita entre acumulação

e expansão do mercado e essa relação se estreita ainda mais à medida que o capitalista industrial consegue obter os alimentos necessários ao trabalhador a um baixo preço. Nos países centrais, em que o desenvolvimento é baseado na produtividade, tem-se um aumento da mais-valia. Este aumento possibilita um alargamento da esfera da circulação, que além dos bens suntuários incorpora os bens de consumo das classes trabalhadoras. Porém, mesmo sendo incorporado, o consumo dos trabalhadores diminui, em termos reais, dado o barateamento da força de trabalho (mais-valia relativa). Ou seja, ao mesmo tempo que se expande o consumo de bens suntuários, diminui-se o de bens de consumo.

Para não se romper a ligação entre as duas esferas de consumo (suntuários e de consumo), os países centrais trocam o caráter dos bens suntuários, transformando-os em bens de consumo para os trabalhadores. Para realizar essa transformação é necessário aumentar os salários para que os trabalhadores possam consumir e para isso os países centrais têm duas estratégias: desvalorização dos bens necessários à reprodução dos trabalhadores e redistribuição do excedente "importado"; em ambas as estratégias os países dependentes cumprem função essencial e aí firma sua função e localização no mercado mundial.

A industrialização que ocorre na AL se dá sob bases distintas, pois, como citado anteriormente, essa industrialização perpetua a economia exportadora ao invés de superá-la e a consequência disso é a perpetuação/continuidade da condição subalterna no mercado mundial. Conforme Marini,

A compressão permanente que exercia a economia exportadora sobre o consumo individual do trabalhador não permitiu mais do que a criação de uma indústria débil, que só se ampliava quando fatores externos (como as crises comerciais, conjunturalmente, e a limitação dos excedentes da balança comercial [...]) fechavam parcialmente o acesso da esfera alta de consumo para o comércio de importação. É a maior incidência desses fatores, como vimos, o que acelera o crescimento industrial, a partir de certo momento, e provoca a mudança qualitativa do capitalismo dependente. A industrialização latino-americana não cria, portanto, como nas economias clássicas, sua própria demanda, mas nasce para atender a uma demanda preexistente, e se estruturará em função das exigências de mercado procedentes dos países avançados. (2011, p. 163)

Desde o início da industrialização na AL a participação dos trabalhadores para a criação da demanda é descartada, o que segue disso é a produção para exportação e a superexploração da força de trabalho, já que ela é desnecessária para a realização da mais-valia. A produção industrial é, portanto, independente das condições de salário dos trabalhadores porque a produção das manufaturas não determina o valor da força de trabalho (devido a superexploração), o que garante a taxa de mais-valia; nem sofre com o baixo consumo, pois o que é produzido não é para ser consumido pelos trabalhadores pois já tem mercado garantido no exterior.

Aníbal Quijano *apud* Bambilra (2019) assinala que:

[...] o modo de produção capitalista não foi nunca transportado de maneira completa, sistemática e homogênea para as regiões e países submetidos à dominação. O que, pelo contrário, ocorreu e segue ocorrendo é que as estruturas produtivas prévias foram reorganizadas em função das necessidades dos dominantes do sistema, por novas formas de utilização de instituições econômicas pré-capitalistas a serviço do capitalismo, e pela penetração de fragmentos estruturais do modo de produção

capitalista em cada uma das etapas e com cada uma das modalidades que lhes correspondiam no processo de desenvolvimento metropolitano. Foi se produzindo, deste modo, um processo de reordenamento capitalístico – isto é, uma direção capitalista – de modos de produção pré-capitalistas, que rapidamente foram desarticulados e substituídos por estruturas produtivas integradas a fragmentos estruturais das estruturas pré-capitalistas e de cada uma das etapas e modalidades alcançadas pelo modo de produção capitalista nos países hegemônicos. (p. 68-69)

Assim, podemos afirmar que todas essas transformações não modificam a condição de dependência, apenas a maquia de uma nova forma. Nas palavras da Bambirra: “as formas de dependência mudam em função de sua readaptação às transformações ocorridas nas metrópoles, porém de forma alguma esses tipos de transformação fazem variar o caráter dependente do sistema interno de dominação” (2019, p. 69).

É necessário fazer essa retomada ao processo de industrialização da AL para delimitar o caráter dependente e submisso que os países da AL têm ao serem integrados ao mercado mundial e para entender a necessidade dos países de capitalismo central em nos manter nas rédeas econômica, política e social. Para analisar a ditadura militar brasileira é necessário partir da constatação de que ocorreram ditaduras e golpe militares praticamente em toda a América Latina e em alguns outros países no mundo (todos eles, de capitalismo dependente). Dito isso, devemos buscar entender o porquê de isso acontecer em determinados países e num determinado espaço de tempo. Para isso é necessário observar as mudanças que estavam ocorrendo na divisão internacional do trabalho e os movimentos de libertação nacional/social que ocorriam nos países de capitalismo periférico.

Conforme Netto (2015), “os centros imperialistas, sob o hegemonismo norte-americano, patrocinaram, especialmente no curso dos anos sessenta, uma contrarrevolução preventiva em escala planetária” (2015, p. 30). Conforme o autor, essa contrarrevolução tinha três objetivos principais: adequar os países do chamado Terceiro Mundo às exigências da mundialização do capital; atacar os movimentos de resistência à manutenção do caráter dependente; e mobilizar os movimentos contrários à revolução e ao socialismo. Apesar desses objetivos atacados por Netto nos ajudarem a visualizar a conjuntura político-econômica, outras perspectivas de análise são desenvolvidas dentro e fora da Teoria Marxista da Dependência; vejamos as perspectivas de Theotônio dos Santos, Vânia Bambirra e Ruy Mauro Marini.

Theotônio dos Santos e Vânia Bambirra e o fascismo dependente

Durante a década de 1970, Theotônio dos Santos e Vânia Bambirra entrevistaram, conjunta e ativamente, no debate aberto no seio das ciências sociais latino-americanas a respeito da natureza das ditaduras militares instaladas no subcontinente. Entretanto, ainda em 1965, Santos escreve o artigo *A ideologia fascista no Brasil*⁵ em que alertava para a necessidade de se compreender o golpe de Estado como parte de um movimento mais amplo, no qual se introduzia a ideologia fascista no processo de conformação de uma nova etapa histórica do capitalismo na AL. Neste artigo, Santos está mais

interessado em compreender as condições sociais de surgimento e fortalecimento da ideologia fascista no país do que o processo de instauração de um regime político dessa natureza.

Porém, apesar de não caracterizar o regime como de tipo fascista atípico, com elementos próprios dados pela condição de inserção subordinada na divisão internacional do trabalho, o autor vislumbra-o como um movimento de caráter mais abrangente. Nesse sentido, para ele, o golpe de 1964 não era apenas uma reação das forças sociais reacionárias vinculadas aos interesses do setor primário-exportador, mas sim uma nova etapa da dominação imperialista sobre nossa economia. Esta nova dominação impunha um modelo de desenvolvimento modernizador capitaneado pelo grande capital internacional e que se sustentava nas elites modernizadoras internas e nas forças militares, como ramo mais organizado e disciplinado dessas elites.

Segundo Santos, este projeto de desenvolvimento aprofundava a concentração econômica e ampliava profundamente a exclusão social, colocando para as burguesias internacional e interna-associada a dificuldade adicional de conciliar um modelo econômico antipopular com uma forma política democrática. A ideologia fascista surgia assim no Brasil pela necessidade de se organizar a vontade dos segmentos conservadores para a repressão às manifestações populares, que tendiam a se avolumar à medida que se mostrassem mais expressivos e evidentes os efeitos mais deletérios do novo padrão de dominação política e econômica.

Em seus escritos posteriores, como no clássico *Socialismo o fascismo: el nuevo carácter de la dependencia y el dilema latino-americano* (1971) e nos artigos *Socialismo y fascismo en América Latina hoy* (1977) e *La cuestión del fascismo en América Latina* (1978), bem como nos artigos escritos em parceria intelectual com Bambirra, tais como *Brasil: nacionalismo, populismo y dictadura* (1977) e *Dictadura militar y fascismo en Brasil* (1978) essa análise germinal ganhará contornos mais claros, e o autor avançará na caracterização da forma atípica do fascismo na periferia e semiperiferia do capitalismo. Na análise que se segue consideraremos ambos os autores como uníssonos no tratamento do objeto em tela.

Partindo-se da premissa de que o fascismo como regime político, por seu caráter histórico e de classe, “é um regime de exceção do grande capital, utilizando métodos terroristas como principal forma de atuação” (1978, p.143), Santos o enxerga como vinculado não apenas à época do imperialismo, mas também à época de crise do imperialismo. O fascismo europeu dos anos 1920 e 1930 é, para ele, produto da “grande onda depressiva que vai de 1918 a 1945”: estas situações de crise “são as que obrigam a classe dominante, e no caso específico da época imperialista, o capital financeiro, a buscar um regime de exceção para impedir as consequências do desequilíbrio de conjunturas revolucionárias que as crises estabelecem” (SANTOS, 1978, p. 144). A partir de 1966, o imperialismo entraria, novamente, em uma grande onda depressiva, abrindo-se um período marcado não apenas por contrarrevoluções isoladas, mas sim um “período que tende a ampliar as ondas contrarrevolucionárias internacionais” (SANTOS, 1978, p. 145). Neste sentido, o fascismo não é um problema nacional, ainda que se expresse de forma particular em cada país⁶, mas sim um *fenômeno internacional*, indissolivelmente conectado à dinâmica de

crise internacional da acumulação capitalista e à elevação da temperatura da luta de classes. Nos termos de Santos,

A vitória de vários golpes fascistas na América Latina e em outras partes do Terceiro Mundo, o crescimento de movimentos fascistas na Europa e América do Norte, a direitização dos partidos conservadores e elaboração de uma estratégia global do imperialismo de inspiração golpista, são o resultado de uma dupla característica da crise geral do capitalismo contemporâneo. De um lado, a crise geral do capitalismo cria condições de desenvolvimento do movimento popular, seu fortalecimento, sua maior ofensiva, seu maior radicalismo. De outro lado, a perspectiva de um movimento de massas em ascenso aguça a capacidade de reação da burguesia, aumenta sua decisão contrarrevolucionária, radicaliza suas concepções políticas e estratégicas anti-operárias (2020, p. 67, grifos nossos).

Considerando especificamente a AL, Santos e Bambirra consideram que o *ciclo de golpes de Estado inaugurado em 1964 no Brasil obedece a uma exigência intrínseca do processo de acumulação no capitalismo dependente latino-americano*. Aquele modelo de desenvolvimento dependente erigido no entreguerras, conforme apresentado na primeira parte deste artigo, chega ao esgotamento a partir dos anos 1950 constringido por profundas crises de restrição externa numa etapa crucial da política de substituição de importações, que exigia a importação de máquinas-mercadorias para alavancar a industrialização no departamento de produção de bens de capital⁷. Concomitantemente, o capital monopolista estrangeiro passou a pressionar os países latino-americanos no intuito de abrirem suas economias para investimento direto especialmente na indústria de bens de consumo duráveis, a fim de resolver seus problemas de superacumulação após a euforia do pós-Guerra. Os sucessivos déficits na balança de pagamentos associados à hesitação da burguesia industrial brasileira em apoiar o programa nacionalista do governo democrático de Vargas (1951-1954) – vã tentativa de ampliar a margem de manobra do capitalismo brasileiro e manter vívido o horizonte estratégico do capitalismo autônomo –, selaram a guinada progressiva, mas inelutável, da burguesia brasileira rumo à nova dependência.

Na cena política o conflito cada vez mais radicalizado entre a União Democrática Nacional (UDN) e o bloco Partido Trabalhista Brasileiro (PTB)-Partido Social Democrático (PSD) – como nas tentativas de golpe contra Vargas e para impedir as posses de Juscelino Kubitschek (PSD-PTB) em 1955 e de João Goulart (PTB) em 1961 –, expressava uma discrepância entre o projeto de integração do sistema produtivo ao imperialismo e o projeto de conformação de um capitalismo nacional. Entretanto, essa exasperação no campo político-parlamentar encobria uma alteração contínua e paulatina nas práticas políticas de classe da burguesia brasileira⁸, uma defasagem entre a cena política, significativamente mais à esquerda e em tensionamento com os limites do nacionalismo populista (vide Reformas de Base de Jango e a liderança de Leonel Brizola), e a *prática de classe da burguesia que progressivamente abandonava o projeto democrático-nacional* por convicção na sua inexequibilidade e por receio do movimento popular cada vez mais autonomizado. Processo semelhante ocorreu em toda AL, “marcada pela decadência das correntes nacionalistas e democráticas burguesas e pela radicalização política que tende a colocar frente a frente regimes de força com crescente conteúdos fascistas e movimentos populares revolucionários de progressiva tendência socialista” (SANTOS, 2020, p. 45). Estes últimos avançam política, ideológica e

organizativamente até o limite dos programas nacional-desenvolvimentistas, radicalizando seu conteúdo popular, antilatifundiário e anti-imperialista, despindo-se em alguns casos, como no Chile e especialmente em Cuba, de qualquer resquício populista de outrora e assumem claramente uma estratégia socialista. A *radicalização da luta de classes* e a crise do padrão de acumulação do capitalismo dependente oriundo do entreguerras geram o ocaso do nacionalismo populista e imantam a burguesia do subcontinente na estratégia fascista.

Conforme apontado acima, Bambirra e Santos identificam nos regimes de exceção do subcontinente “*aspectos essenciais*” (1978, p. 171) do fascismo enquanto regime político em geral, o que os autoriza a designar tais expressões históricas como fascistas, ainda que sob a adjetivação de *dependentes* em virtude dos aspectos particulares, não essenciais. Distinguem-se, portanto, tanto dos regimes militares tradicionais quanto dos regimes bonapartistas. Os aspectos essenciais ao fascismo são os seguintes segundo nossos autores:

1. “necessidade de defender desesperadamente o sistema capitalista contra a ‘subversão da ordem’ por parte das classes dominadas” (1977, p. 138). Trata-se de uma contrarrevolução diante da ameaça real ou potencial de ofensiva do movimento popular;
2. “necessidade de reprimir sistemática e implacavelmente o movimento popular, de destruir as organizações revolucionárias (...). A repressão se torna inescrupulosa, sem deixar-se intimidar por veleidades democráticas” (BAMBIRRA; SANTOS, 1977, p.138);
3. a repressão se converte em totalitarismo, “Desaparecendo o conceito de cidadania e de sociedade civil separada do Estado” (BAMBIRRA; SANTOS, 1977, p.138). Busca-se interiorizar a ideologia do Estado nos mais recônditos espaços da vida privada, via militarização do conjunto da vida social, especialmente com a formação das novas gerações.

Em seminário ocorrido em julho de 1978 na Cidade do México sob coordenação de Pio Garcia e contando com as presenças de Santos, Ruy Mauro Marini e Agustín Cueva, Santos foi explícito em afirmar que a existência de apoio ativo da pequena burguesia e de partido único são “formas particulares não essenciais” do fascismo, aspectos que nitidamente distinguem o fascismo dependente dos fascismos alemão e italiano, aproximando-o, dada a inexistência de tais aspectos, dos fascismos espanhol e português da era salazarista. Nessa característica da leitura de Santos e Bambirra observa-se uma segunda influência do comunista búlgaro Giorgi Dimitrov, destacado dirigente da III Internacional. Da análise de Dimitrov é importante colocar em relevo duas noções que influenciaram as teorizações destes autores. O primeiro ponto é a caracterização do fascismo como “a ditadura terrorista aberta dos elementos mais reacionários, mais chauvinistas e mais imperialistas do capital financeiro”⁹, *tornando secundário e não essencial a existência de um movimento reacionário de massas e de um partido fascista responsável pela mobilização permanente quando da instalação da ditadura fascista*. O segundo ponto de influência de Dimitrov (1935), conforme já apontado acima, diz respeito ao fato de que “o desenvolvimento do fascismo e a própria ditadura fascista

– adotam nos distintos países *formas diferentes*, segundo as condições históricas, sociais e econômicas, as particularidades nacionais e a posição internacional de cada país”.

A engrenagem do golpe na AL se distingue, para Santos e Bambirra, significativamente dos processos clássicos do fascismo, com rebatimentos sobre o Estado de exceção que dele emerge. No fascismo clássico, a pequena burguesia radicalizada se converte em força social representada pelo partido fascista, o qual é cooptado pelo grande capital durante o processo de fascistização, sem deixar, entretanto, de manter laços ideológicos e organizativos com sua base tradicional, o que garante condições para um apoio ativo ao regime e para a mobilização permanente, principalmente, da pequena burguesia¹⁰. No caso latino-americano, Santos afirma que a “pequena burguesia (...) se mostrava insuficiente para liderar um processo fascista” (2020, p. 62), o que a incapacita de constituir um movimento forte e uma organização sólida para a tomada do poder. “Hoje em dia (...) é o grande capital que mobiliza a pequena burguesia no sentido fascista, utilizando-a como um instrumento de massas; cumprido os objetivos da tomada do poder e destruição das oposições liberais e populares, foi imediatamente desmobilizado” (SANTOS, 1978, p. 146).

O “golpe de Estado institucional” leva ao poder as Forças Armadas (FAs) como instituição, não um partido exógeno ao aparelho de Estado e composto por uma base social radicalizada. Sob o manto da doutrina de segurança nacional conseguiu-se “unificar politicamente a maioria militar”, os quais “foram considerados (...) uma elite de classe média com aspirações modernizadoras” (SANTOS, 2020, p. 65). Instalam-se ditaduras militares em quase toda a AL, iniciando-se uma “dialética complexa entre os objetivos antiliberais e fascistizantes determinados pelas necessidades objetivas da luta contrarrevolucionária do grande capital e seus aliados políticos e as aspirações e necessidades de manter o apoio social e certos elementos de ordem liberal” (BAMBIRRA; SANTOS, 1978, p. 157).

Esse fascismo carente da figura do chefe, substituído “por uma elite tecnocrática militar e civil”, e do partido, substituído “pelo aparato burocrático nacional-militar” (SANTOS, 2020, p. 66), não é um produto imediato do golpe, pois este eleva ao poder um bloco de forças em que os setores fascistas são minoritários em relação aos liberais-autoritários – que enxergavam no golpe algo transitório, um mal necessário para restabelecer, logo após a repressão ao movimento popular, a ordem liberal-burguesa. Entretanto, por um lado, as necessidades do grande capital de reestruturar o padrão de acumulação e refuncionalizar o Estado eram antagônicas em relação ao sistema de dominação populista, marcado por certas concessões econômicas e políticas ao operariado, exigindo-se um regime de terror de Estado prolongado; por outro, a radicalização da luta de classes no subcontinente inviabiliza o estabelecimento de um regime autoritário com a preservação de elementos básicos da democracia burguesa, o que impeliu as ditaduras a um processo de fascistização, com progressiva eliminação da distinção entre Estado e sociedade civil, via militarização da sociedade. As distinções internas ao bloco de forças golpistas acabam sendo progressivamente dissipadas em favor do totalitarismo fascista de longa duração¹¹, levado a cabo desde cima, por parte do aparato repressivo do Estado, marcadamente pelas FAs, sendo acionados secundariamente grupos fascistas a fim de compor a repressão física e ideológica.

Dessa forma, existe um compromisso real e cada vez mais ideológico entre os setores conservadores e os fascistas em busca de uma fórmula política autoritária que suprima a condição de excepcionalidade e aceite a concepção de um novo Estado muito mais próximo ao Estado fascista que ao liberal-autoritário (SANTOS, 2020, p. 54).

Ao intervirem no debate sobre a caracterização das ditaduras latino-americanas, Santos e Bambirra não pretendiam travá-lo apenas internamente ao marxismo e ao movimento popular, mas suas reflexões se dirigiam especialmente à crítica da produção analítica dos setores liberais do movimento antiditatorial e mesmo dos liberais-autoritários que integravam diretamente o regime de exceção. É o caso, por exemplo, das críticas dirigidas a Fernando Henrique Cardoso (FHC) e Roberto Campos, respectivamente. Cada qual aos seus moldes, Cardoso e Campos, operavam uma fratura na relação entre o econômico e o político, entre a acumulação de capital e a forma de dominação, de modo a dotar à ditadura uma qualidade que ela não detinha, qual seja, uma *autonomia especial em relação ao capital*.

Roberto Campos afirmava que o “autoritarismo modernizante” da ditadura atingira os seus objetivos desenvolvimentistas à medida que o “poder efetivo” encontrava-se nas mãos dos militares em aliança com burocratas e acadêmicos, que “aportam ‘informações, estudos e planos’” (CAMPOS *apud* BAMBIRRA; SANTOS, 1978, p. 159). Antes do golpe, segundo Campos, os “planos de desenvolvimento” eram apenas executados de maneira “fragmentária e descontínua, por carecer de apoio político”; com a ditadura, diferentemente, a autonomia conferida ao Estado diante dos múltiplos interesses econômicos teria permitido a execução plena dos planos. Bambirra e Santos se perguntam: “Pois bem, no interesse de quais classes se concebe e se implementa a política da ditadura brasileira?”. Respondem eles: “Óbvio e prioritariamente no interesse da grande burguesia monopólica nacional e estrangeira, ou seja, das burguesias industrial, financeira e comercial integradas em uma unidade econômica nacional através de seus sócios maiores: o grande capital internacional” (BAMBIRRA; SANTOS, 1978, p. 160). Se é verdade que os militares ocupam as cúspides do aparato de Estado em favor do grande capital, também é verdade que este último “não delega completamente aos militares a função de defensores dos seus interesses”, posto que inúmeros representantes orgânicos do imperialismo e de seus sócios-menores estão *diretamente* envolvidos nos cumes da formulação da política econômica e da política exterior do Estado brasileiro¹². O grande capital, portanto, é quem detém o poder efetivo em aliança com a velha oligarquia. Por fim, o mito de que a ditadura estaria acima dos interesses econômicos da sociedade – mas à serviço da “nação” – não se sustenta em virtude da origem de classe dos militares e da burocracia que conformam o conjunto do aparato estatal. Estes provêm, é verdade, das classes médias, “mas são assalariados encarregados de executar a política elaborada acima. Estes são intermediários entre a cúspide do sistema de dominação e o conjunto das classes oprimidas” (BAMBIRRA; SANTOS, 1978, p. 164). Por cumprirem este papel ao sistema, dele se beneficiam, “mas sempre como forças subalternas do capitalismo dependente brasileiro” (BAMBIRRA; SANTOS, 1978, p. 165).

A elaboração de FHC é muito mais sofisticada, assim como a sua posição política no seio do movimento pela redemocratização o capacita a influenciar mais os desígnios da luta contra a ditadura.

Sinteticamente, pode-se afirmar que o sociólogo da USP distingue, por um lado, as razões que deram origem à ditadura da, por outro lado, natureza em si do Estado ditatorial instalado. Esta operação analítica objetiva dissipar os vínculos orgânicos do Estado de exceção com o grande capital, suprimindo qualquer restrição econômica à democratização do aparato de Estado no capitalismo dependente, para, por fim, propor um encaminhamento político liberal-democrático em contraposição aos setores socialistas e revolucionários integrantes do movimento pela redemocratização. Vejamos.

Acerca das origens do Estado ditatorial brasileiro, diz FHC: “Neste ponto não há como esconder que o estado atual, ‘da Revolução de 64’ (...), indicam o nome de seus criadores: a aliança empresariado-classe média” (1975, p. 178). Mais especificamente: “o setor da burguesia empresarial que se organizou na Grande Empresa e os setores da classe média que se escudam no Estado Empresarial e na Grande Empresa, inclusive e principalmente os militares” (CARDOSO, 1975, p. 178). Corretamente, FHC aponta que outros setores participaram do golpe, mas foram alijados “progressivamente das posições de poder dentro do Estado”, tais como os setores tradicionais da classe média e os “agrolatifundistas”. Semelhantemente a Roberto Campos, FHC afirma que como “facção hegemônica dirigente destes grupos encontram-se as FAs”, as quais detêm o controle do aparelho de Estado e foram transformadas “simultaneamente em foco de poder político e de controle burocrático” (CARDOSO, 1975, p. 179). De forma diferente de Bambirra e Santos, para quem as FAs não detêm o “poder efetivo”, ou seja, não podem ser consideradas como “facção hegemônica” – papel exercido pelo grande capital nacional e estrangeiro, direta e indiretamente, via militares e tecnocratas –, para FHC o poder hegemônico das FAs implementa “metas estruturalmente compatíveis com a dominação burguesa”, todavia, “ao nível da política propõe objetivos e implementa medidas *que vão além desta base estrutural*”. Portanto,

Nem a origem do Estado em sua forma atual, nem o condicionamento estrutural das classes que o sustentam, são suficientes – embora sejam necessários – para explicar o sentido, o alcance e os limites das políticas emanadas do Estado. Para delimitá-los é preciso ir além do reconhecimento estrutural da determinação de classe (CARDOSO, 1975, p. 179).

Há uma simbiose de interesses entre o grande capital e o “estamento burocrático-miliár”. Enquanto a acumulação de capital estiver em expansão, será selada “as bases da aliança entre os setores economicamente dominantes na área privada e os setores militares politicamente hegemônicos” (CARDOSO, 1975, p. 181). No período em que escreve seus artigos compilados no clássico *Autoritarismo e Democratização*, FHC não enxerga a possibilidade de surgir conflitos de envergadura entre a grande empresa e o Estado burocrático-autoritário a ponto da primeira aderir às exigências das classes dominadas por democratização¹³.

Chega-se aqui a um segundo ponto de contradição nevrálgica entre FHC e Bambirra/Santos: a durabilidade e o enrijecimento da ditadura se devem principalmente à política, à luta pelo poder no seio das facções dominantes, apenas secundariamente às necessidades de acumulação e à luta de classes entre capital e trabalho. Nos anos 1960, a Guerra Fria e a Revolução Cubana criaram as “fronteiras

ideológicas” e o temor de guerras externas e internas, o que produziu não só o golpe de 1964, mas também o drama “liberalismo *versus* autoritarismo”. A “concepção geopolítica então prevalecente dava muita pouca margem, se é que alguma, para sustentar um sistema ‘aberto’ ou democrático no plano da política interna” (CARDOSO, 1975, p. 224). A real luta de classes (capital *versus* trabalho) pelo poder político serviu de justificativa ideológica e política para o golpe de Estado. Aos poucos “e sem recuos se foi montando o regime autoritário que resplandece até hoje”, ainda que na época “a relação entre guerra fria e subversão interna” tivesse “uma certa base objetiva”: Cuba socialista e o alastramento das guerrilhas pela AL. Entretanto, segundo FHC, já na década de 70 essa “certa base objetiva” deixa de existir e o “modelo político brasileiro” se torna *anacrônico*, ainda que tenha mantido base objetiva e utilidade para “*outros fins*” (CARDOSO, 1975, p. 225, grifo nosso) dos grupos políticos vencedores: “o autoritarismo prevalecente permitiu a reorganização do aparelho de Estado, liquidou o sistema partidário anterior (...) e incorporou ao processo político, sob novas condições, as FAs e os grupos sociais que expressam os setores monopólicos da economia” (CARDOSO, 1975, p. 225).

Para Cardoso, a derrota das guerrilhas na AL e as mudanças ocorridas na geopolítica mundial, com a ultrapassagem da política dos “dois blocos” e a adoção da *real-politik* intitulada, por ele, de “realismo pragmático”, tornou a “guerra interna” “um pretexto para manter arranjos políticos autoritários e para dar lugar nas mesas de discussão a cavalheiros de má catadura” (Idem, p. 229). Em termos estritamente políticos, pode-se concluir que FHC não encara a durabilidade e o autoritarismo da ditadura como uma necessidade diante da radicalização da luta de classes, posto que as suas expressões mais radicais já haviam sido derrotadas internamente e, no plano da política externa, o pragmatismo dos interesses estava se sobrepondo ao ideológico. Tal leitura é diametralmente oposta à de Bamberger e Santos, que viam a fascistização como uma necessidade irresistível da luta de classes, à qual está diretamente relacionada ao padrão de acumulação de capital no capitalismo dependente. Para estes,

(...) vão se estreitando cada vez mais a margem de atuação liberal do imperialismo e de seus aliados locais em cada país. A opção fascista é transformada, portanto, numa necessidade de sobrevivência do grande capital internacional e local. Esta é a verdadeira natureza do fascismo dependente, por mais que possam variar suas formas (2020, p. 68).

O anacronismo do “Estado burocrático-autoritário” não se deve apenas às mudanças na política internacional e na correlação de forças interna, mas também às necessidades da acumulação: ainda que execute uma política econômica que beneficia o grande capital, não seria o autoritarismo da ditadura uma necessidade impreterível para a acumulação. FHC afirma que o enrijecimento do modelo político brasileiro não deve ser “elevado à categoria de condição estrutural indispensável para o desenvolvimento capitalista em qualquer conjuntura” (CARDOSO, 1975, p. 230); “Na atual fase do ciclo expansivo, não creio que a rigidez seja uma condição necessária para garantir o crescimento econômico. Por certo ela é cômoda do ponto de vista estreito dos empresários individuais. Mas não parece indispensável do ponto de vista global da economia” (CARDOSO, 1975, p. 231). O Estado sustenta valores e práticas totalitárias “por motivos mais políticos e ideológicos do que econômicos”. Esta,

digamos, obsolescência ou caducidade da ditadura em relação ao grande capital decorreria da “intensificação das forças produtivas (...) e da concorrência entre as empresas, que leva, por sua vez, à inovação tecnológica”, tornando secundário o recurso ao rebaixamento dos “salários reais, para o que a repressão foi usada” (CARDOSO, 1975, p. 230).

Todos os argumentos arrolados por FHC para defender o anacronismo da ditadura tem um fim político evidente: eclipsar os vínculos orgânicos da ditadura com o grande capital, convertendo-a num “estamento burocrático-autoritário” encrustado oportunisticamente no Estado, com autonomia especial e interesses corporativos próprios de natureza parasitária¹⁴. Apesar de não ser disfuncional à acumulação, a ditadura é vista como caduca, obsoleta, para tal fim. Trata-se, portanto, de um “entulho” burocrático a ser superado em favor de uma democracia liberal que não encontra entraves de ordem econômicos para sua efetivação: as restrições são somente de natureza política, ligadas ao imobilismo parasitário do estamento burocrático-autoritário¹⁵. Longe de possuir óbices para o estabelecimento de uma democracia liberal, a realidade brasileira dos anos 1970 possuiria uma virtude que lhe confere um grande potencial: está assentada sobre uma economia fundada na primazia da mais-valia relativa, o que permitiria expandir a acumulação de capital em paralelo à incorporação dos trabalhadores a um mercado consumidor de massas. Destarte, o grande capital é uma força econômica que traz consigo um grande potencial ao país, que traz em si a potencialidade de um devir virtuoso, desde que o estorvo do Estado burocrático-autoritário venha a ser superado por um regime democrático liberal¹⁶.

Bambirra e Santos intervêm no debate teórico – com explícitas implicações políticas – no intuito de 1) evidenciar os vínculos orgânicos da ditadura fascista com o grande capital, conforme já apontado acima; e 2) explicitar que o Estado de exceção se constitui enquanto uma necessidade vital tanto para a acumulação de capital quanto para o estabelecimento da ordem no conjunto da formação social. Em outros termos, para os autores, no capitalismo dependente latino-americano não há condições materiais para se sustentar um Estado burguês na sua forma democrático-liberal aos moldes dos países centrais. O Estado tende a assumir a forma de exceção dada a incapacidade estrutural, crônica, de se erigir uma dominação burguesa hegemônica no conjunto da formação social.

Ruy Mauro Marini e a especificidade da contrarrevolução latino-americana e da contra-insurgência

Em conferência ministrada em 1978 que se converteu em artigo de revista no mesmo ano, intitulado *O Estado de Contra-insurgência*¹⁷, Marini constata que a América Latina atravessa “um período contrarrevolucionário” que impacta a estrutura e funcionamento do Estado. Considera legítimo o recurso ao fascismo como “ponto de referência” para analisar o processo contrarrevolucionário latino-americano, desde que não se defenda “que se trata de fenômenos idênticos”. Trata-se, portanto, de capturar a *especificidade* da contrarrevolução vigente, partindo-se do pressuposto de que “ambos (ditadura fascista e ditadura militar) constituem *formas particulares da contrarrevolução burguesa*”, condição para o enriquecimento da “teoria política marxista” (MARINI, 2020, p. 26)¹⁸.

No entendimento de Marini, as ditaduras latino-americanas são vistas como produto de três fatores, a saber:

1. Mudança da estratégia global dos EUA a partir do final da década de 1950 em razão da sucessão de ameaças e derrotas impostas pelas forças anti-imperialistas na periferia do sistema (Cuba, Vietnã, Congo, Argélia), acarretando a adoção da estratégia de “*resposta flexível*” (MARINI, 2020, p. 27), que, segundo o imperialismo estadunidense, seria mais apta ao combate às forças revolucionárias nos países dependentes, coloniais e semicoloniais. A doutrina que norteia a nova estratégia é a chamada *doutrina de contra-insurgência*, que se converteu em base ideológica para a formação das Forças Armadas na América Latina. Esta doutrina está assentada, segundo Marini, nos seguintes aspectos:
 - a) *Aniquilamento*: de forma muito semelhante ao fascismo, trata-se de não só derrotar o inimigo, mas de aniquilá-lo. Aplica-se um “enfoque militar à luta política”;
 - b) As forças anti-imperialistas e revolucionárias são vistas como *infiltração* estrangeira, como um “câncer” que deve ser extirpado pela contrarrevolução, muito semelhantemente ao fascismo;
 - c) Por fim, na doutrina de contra-insurgência o Estado ditatorial é encarado como um período de guerra para se aniquilar o inimigo, devendo posteriormente sair de cena para o restabelecimento da democracia burguesa. Diferentemente do fascismo, diz Marini, o Estado de contra-insurgência “não questiona em nenhum momento a validade da democracia burguesa, tão somente estabelece sua limitação ou suspensão durante a campanha de aniquilamento” (MARINI, 2020, p. 29).
2. As alterações ocorridas no capitalismo mundial sob a hegemonia estadunidense no pós-guerra modificaram a dinâmica do imperialismo, impulsionando a integração dos sistemas de produção dos países periféricos ao imperialismo pela via do investimento direto do grande capital monopolista. Este processo emerge nos anos 1950 e se aprofunda nos anos 1960, produzindo modificações no “bloco político dominante”, especialmente o surgimento de uma “burguesia monopolista (interna) estreitamente vinculada à *burguesia imperialista*” (MARINI, 2020, p.29). A articulação do grande capital nacional e estrangeiro elide o “esquema de alianças adotado até então pela burguesia”, cujo desfecho será a “ruptura” com o “Estado populista” – o Estado, segundo Marini, “de toda a burguesia” – e a refuncionalização do Estado ao sabor dos interesses das frações monopolistas;
3. Por fim, o último fator apontado por Marini para explicar a emergência da contrarrevolução na América Latina é o ascenso do movimento de massas, especialmente o tensionamento que o proletariado urbano, o campesinato e a parcela radicalizada da pequena burguesia passam a fazer nos marcos dos regimes populistas¹⁹, aspecto que eleva a contradição no interior do bloco no poder e arrasta o conjunto da classe dominante para a alternativa golpista.

É na análise da dinâmica anterior ao golpe de Estado, durante o processo de desestabilização, e da natureza do Estado que se instaura com as ditaduras que, na perspectiva de Marini, fica mais nítida a especificidade da contrarrevolução latino-americana. O recurso ao terrorismo de Estado contra o movimento popular e mesmo contra determinadas frações burguesas recalcitrantes não particulariza o fascismo, tratando-se, pois, de uma característica geral de toda contrarrevolução, seja ela fascista, bonapartista ou militar. Identificar as ditaduras latino-americanas ao fascismo por este aspecto seria, segundo Marini, uma impostação mecanicista do analista político. Neste sentido, alerta ele: “As sociedades concretas latino-americanas impõem a cada um desses momentos um traço particular” (Idem, p. 31), não redutíveis à contrarrevolução de tipo fascista.

Em nossa leitura, Marini é muito tributário da interpretação de Nicos Poulantzas (1972) a respeito das condições de emergência e da natureza do fascismo, o que o faz recusar a aderência do conceito às ditaduras da América Latina. Cumpre frisar que Marini não bloqueia o conceito com os mesmos argumentos, por exemplo, de Atilio Borón, para quem “o fascismo se situa historicamente no período de amadurecimento e crise da fase clássica do imperialismo”, “O fascismo pertence a esse período particular na história do capitalismo monopolista que se delimita com as duas guerras mundiais” (BORÓN, 1977, p. 499). Parece-nos que Marini aproxima-se mais de Poulantzas quando este afirma que

o fascismo não é, de forma alguma, um fenômeno ligado a este ‘período’. Este ‘período’ só tem importância na medida em que circunscreve conjunturas de luta de classes, nas quais contribui para a emergência das crises políticas a que corresponde o fascismo: *crises políticas que não são exaustivamente determinadas pelo caráter do período e que podem muito bem surgir em períodos diferentes* (POULANTZAS, 1972, p. 57, grifos nossos)

Marini, seguindo Poulantzas em nossa interpretação, em nenhum momento recusa o conceito de fascismo por considerá-lo uma categoria histórica, restrita a um determinado período marcado por características econômicas irrepetíveis. Os motivos para sua rejeição são, portanto, de natureza diversa.

Em primeiro lugar, o aspecto de maior profundidade para o rechaço da tese do fascismo na América Latina, por Marini, reside na natureza do capitalismo dependente, que por estar assentado na superexploração da força de trabalho, não conseguiria reunir condições para a conformação de um movimento fascista de massas capaz de derrotar politicamente o movimento popular. Segundo ele, “*em nenhum caso* ela tem condições para reunir forças suficientes para derrotar o movimento popular, e não chega sequer à estruturação de um partido político” (MARINI, 2020, p. 31, grifo nosso). Isso nos permite concluir que, para Marini, o fascismo é um fenômeno político contrarrevolucionário que só teria condições de possibilidade para se constituir enquanto *forma de Estado* nos países centrais. Isso não exclui a possibilidade de o fascismo existir como *movimento fascista*, inclusive com relativa força política, como os exemplos históricos do Integralismo brasileiro dos anos 1930 e o movimento fascista chileno no período do governo de Salvador Allende. Ainda assim, a superexploração e seus efeitos sociais no capitalismo dependente impediriam que tais movimentos fascistas se constituíssem enquanto um fenômeno político de massas com força suficiente para derrotar politicamente o movimento popular.

Esta recusa do conceito de fascismo em virtude da natureza dependente do capitalismo latino-americano não leva Marini a prescindir da análise concreta da situação concreta da luta de classes nos países da região. Da análise da tessitura concreta da luta de classes e da crise política, ele extrai outros argumentos para se afastar do conceito de fascismo. Assim, busca articular dialeticamente a economia e a política na leitura da processualidade histórica latino-americana, cujo desfecho será o desenvolvimento do conceito de Estado de contra-insurgência.

Como já apontado, Marini parte da premissa de que a conjuntura política da América Latina nos anos 1960 e 1970 é de ascenso do movimento popular, com forte tensionamento reformista do Estado populista, como no caso do Brasil, ou mesmo com a radicalização socialista chilena. Esta situação da luta de classes é distinta daquela do período precedente à emergência do fascismo ao poder na Europa, segundo Poulantzas. No início dos anos 1920, os proletariados italiano (1920) e alemão (1918/19-1923) tinham sofrido duras derrotas, instaurando-se um “período de estabilização relativa” (POULANTZAS, 1972, p. 164) profundamente desvantajoso para ambos. Segundo o mesmo autor, “a viragem decisiva neste processo coincide com os inícios do processo de fascistização – que marcam, por um lado, a ofensiva declarada da burguesia e, por outro, a etapa defensiva, em sentido rigoroso, da classe operária” (POULANTZAS, 1972, p. 165)²⁰.

Marini percebe o contraste da luta de classes nos períodos precedentes aos golpes lá e cá; e afirma que “a burguesia monopolista na AL não pode pretender reunir forças de massas, que lhe permita enfrentar politicamente, nas urnas e nas ruas, o movimento popular” (MARINI, 2020, p. 32). A nosso ver, essa distinção na luta de classes prévia ao golpe é um segundo fator que afasta Marini do conceito de fascismo.

Um terceiro aspecto que parece afastar Marini do conceito de fascismo reside na questão da crise política burguesa anterior ao golpe de Estado. Segundo Poulantzas: “O processo de fascistização e a instauração do fascismo *correspondem a uma situação de aprofundamento e de aguda exacerbação das contradições internas entre as classes e frações de classe dominantes*: é este um elemento importante da crise política em questão” (POULANTZAS, 1972, p. 77). É justamente essa grave crise política e ideológica burguesa que permite a emergência com força do partido fascista na cena política²¹, galvanizando a pequena burguesia que, em massa, se afasta dos partidos burgueses tradicionais. Pois bem, apesar da crise política do populismo, da “fratura no bloco no poder” (MARINI, 2020, p. 30), Marini parece detectar a qualidade distinta da crise política que serve de base para o golpe e à instauração do Estado de contra-insurgência em relação à ditadura fascista. Diz ele:

[Diante do ascenso do movimento popular] se coloca como meta o reestabelecimento das condições de funcionamento do aparato estatal, mesmo que temporariamente, para poder acioná-lo em seu proveito. Isso implica em *ressoldar*²² a unidade burguesa, refazendo o bloco no poder tal como se encontrava antes da sua fratura (...) (MARINI, 2020, p. 32, grifos nossos).

Tomando como exemplo o caso brasileiro, as contradições políticas no seio do bloco no poder e na cena política no início dos anos 1960 foram temporariamente diminuídas pelo amplo consenso

burguês em torno do golpe militar em 31 de março de 1964. No caso chileno, a agudização da contradição entre a média burguesia em relação ao grande capital nacional e estrangeiro se expressou nitidamente nas eleições de 1970, quando o primeiro setor apoiou a Democracia Cristã e os últimos apoiaram o candidato do Partido Nacional, divisão burguesa esta que permitiu a vitória eleitoral da Unidade Popular com 36,3% dos votos – menos de dois pontos percentuais à frente do candidato da direita do movimento popular, entretanto, as forças burguesas se reunificaram, tendo em vista o golpe de 11 de setembro de 1973. Justamente essa ressoldagem transitória do bloco no poder não existiu no processo de ascensão do fascismo europeu, fato este que particulariza a crise política burguesa latino-americana em relação às crises políticas que criaram condições objetivas para a emergência do partido fascista.

Por fim, o aspecto de maior relevância atribuído por Marini para invalidar a caracterização de fascismo para as ditaduras da América Latina é o fato de que, “por se tratar de sociedades baseadas na superexploração da força de trabalho, em nenhum caso ela [a burguesia] tem condições para reunir forças suficientes para derrotar politicamente o movimento popular, e não chega sequer à estruturação de um partido político [fascista]” (MARINI, 2020, p. 31). As expressões fascistas surgidas no Brasil e, principalmente, no Chile, como o Partido Pátria e Liberdade e o movimento gremialista (MARINI, 2019, p. 215), foram incapazes de deter o ascenso do movimento popular, diferentemente do fascismo europeu, que constituiu vigorosas organizações reacionárias de massa que ainda antes da tomada do poder derrotaram, nas ruas e nas urnas, o movimento operário.

No caso do fascismo europeu, a tomada do poder é a consumação de uma vitória política precedente, naquilo que Poulantzas define como *processo de fascistização*, ao passo que na América Latina, a tomada do poder é condição necessária para se *deter o movimento popular*. Dada esta tibieza do movimento pequeno burguês²³ em condições de capitalismo dependente, torna-se imprescindível a “intervenção aberta do instrumento último de defesa do poder burguês: as Forças Armadas” (MARINI, 2020, p. 32).

Marini reconhece, entretanto, que os movimentos fascistas cumpriram um importante papel de desestabilização no cenário pré-golpe, mesmo sem possuírem força suficiente para derrotar o movimento popular. No caso chileno, Marini detecta a existência de “ações fascistas de tipo clássico”, tais como “manifestações de rua, o emprego de grupos de choque e do terrorismo branco” (MARINI, 2019, p. 260), que a partir de dezembro de 1971, na célebre “marcha das panelas vazias”, reuniu pela primeira vez nas ruas de Santiago “uma massa de pequeno-burgueses e lumpemproletários” (MARINI, p. 266).

O movimento fascista chileno - entre dezembro de 1971 e 11 de setembro de 1973 – foi impulsionado pela especulação levada a cabo pela burguesia contra o governo de Salvador Allende. Segundo o autor, “a especulação aparece como a política econômica do fascismo na fase de luta pelo poder” (MARINI, 2020, p. 266), pois através do açambarcamento e do mercado paralelo foi se “ressoldando a unidade burguesa”, alimentando a “oposição de amplos setores da pequena burguesia à classe operária” e, por fim, neutralizando e desorganizando setores populares que, “em condições

distintas, seriam aliados seguros do proletariado” (MARINI, 2020, p. 267). Contudo, o movimento fascista chileno se restringiu ao papel de “criar condições propícias para [a burguesia] fazer uso daquele que é seu instrumento básico de dominação: as Forças Armadas” (MARINI, 2020, p. 260).

A derrota eleitoral em março de 1973 e, principalmente, a derrota “[d]a tentativa fascista de promover uma marcha sobre o Palácio La Moneda, ao estilo mussoliniano”, evidenciou que o papel das hostes fascistas capitaneadas pela pequena burguesia foi cumprir o papel de classe-apoio²⁴ para o restabelecimento do sistema de dominação chileno, sob a batuta das Forças Armadas e do grande capital. Em síntese, a pequena burguesia fascista do capitalismo dependente agrupou-se “ao redor do grande capital e de seu braço armado, para formar essa massa de manobra que proporcionou uma base social ao golpe militar” (MARINI, 2020, p. 272).

Diversamente, o fascismo europeu se alimentou da crise econômica e, principalmente, da crise política da burguesia para alçar a pequena burguesia à condição de “autêntica força social” (POULANTZAS, 1972, p. 20, vol. II) por intermédio do partido fascista. A pequena burguesia deixa de se posicionar “simplesmente ‘a reboque’ da burguesia”, assumindo um “*papel relativamente autônomo em relação ao grande capital*” (POULANTZAS, 1972, p.23). A condição de força social conferida pelo fascismo à pequena burguesia não parece ter sido identificada por Marini na contrarrevolução latino-americana, na qual acabou figurando na mera condição de classe-apoio. Marini reconhece que a pequena burguesia chilena assumiu uma “atividade de independência crescente” em relação aos partidos das classes dominantes, sendo o “surgimento do fascismo – a forma por excelência da autonomização da pequena burguesia (...) uma expressão parcial desse fenômeno” (MARINI, 2019, p. 122). Ainda assim, “a *função do fascismo como apêndice da reação burguesa* (...) [levou] a pequena burguesia, zelosa de sua autonomia, a transferir seus desejos de liderança para as Forças Armadas” (MARINI, 2019, p. 123, grifos nossos).

Mesmo no Chile, onde o movimento fascista mais se desenvolveu, a função do fascismo foi apenas a de desestabilizar o governo da esquerda, sem força política suficiente para derrotar politicamente o movimento popular e se impor às classes dominantes como a classe reinante capaz de dirigir as alterações necessárias no capitalismo dependente, no bloco no poder e no aparato de Estado.

O Estado que emerge do golpe tem como sua “cabeça” as Forças Armadas, que “tomaram o seu controle e exercem como instituição o poder político” (MARINI, 2020, p. 33). O recurso às Forças Armadas como instituição que efetiva o golpe e exerce o poder político no novo regime demonstra que “a burguesia monopolista (...) [conferiu] a este aparato especial do Estado a missão de solucionar o problema; está, pois, passando do terreno da política ao da guerra” (MARINI, 2020, p. 33). Como dissemos acima, isso se deve justamente à força irrefreável do movimento popular e à incapacidade da burguesia, bem como da pequena burguesia fascista, de derrotá-lo politicamente anteriormente ao *coup d’État*.

O movimento fascista - útil na desestabilização - é desmobilizado: “a pequena burguesia (...) não encontra nele [governo militar] canais de expressão, não está organizada para sustentá-lo e não obtém vantagens reais do governo” (MARINI, 2019, p. 63). Este aspecto é nevrálgico para a

diferenciação do Estado de contra-insurgência em relação ao Estado fascista; este último “é caracterizado pela mobilização permanente das massas populares” (POULANTZAS, 1972, p. 124, vol. II) e pela conversão da pequena burguesia à condição de classe reinante²⁵, ao menos num primeiro momento.

Aparentemente fazendo uma concessão às teses que qualificavam as ditaduras latino-americanas como fascistas, em escrito de 1974 a respeito do Chile, Marini *en passant* chega a dizer que “no máximo” tais regimes poderiam ser considerados como uma “forma particular de fascismo”, um “militar-fascismo” (MARINI, 2019, p. 63). Sob “a égide do grande capital nacional e estrangeiro”, as ditaduras se apoiariam “fundamentalmente em um setor específico das classes médias: os militares” (Idem). A impressão que fica é que essa tímida concessão – que, por sinal, fora abandonada por ele nos escritos seguintes – se deve à origem social pequeno burguesa da cúpula das Forças Armadas, que foi alçada ao posto de classe reinante na ditadura de Pinochet. Entretanto, o tom de concessão, a parca problematização e o abandono da denominação de militar-fascismo nos escritos posteriores nos levam a crer que Marini não tinha realmente o objetivo de aderir à tese do fascismo dependente, ainda que de forma matizada.

No Estado de contra-insurgência, as tomadas de decisão recaem sobre as Forças Armadas e a tecnocracia civil, ambas integrantes do hipertrofiado Poder Executivo composto por dois ramos centrais. O *ramo militar* é “constituído pelo Estado maior das Forças Armadas”, que expressa a instituição nas tomadas de decisão; o *ramo econômico*²⁶ é “representado pelos ministérios econômicos, assim como as empresas estatais”. Os ramos econômico e militar – no seio do hipertrofiado Poder Executivo resultante do esvaziamento, em maior ou menor grau, dos Poderes Legislativo e Judiciário – entrelaçam-se no Conselho de Segurança Nacional, “formando no topo o órgão-chave do Estado de contrainsurgência”. Este não precisa necessariamente tomar a forma de uma ditadura militar; pode assumir feições de um regime civil e com um aparente estado de direito, como na Venezuela desde 1960, que mantém um Conselho de Segurança Nacional “fora do controle do Congresso e demais órgãos estatais”.

As semelhanças deste “Estado *corporativo da burguesia monopolista e das Forças Armadas*” com o Estado fascista são, segundo Marini, formais, “mas a sua especificidade está na sua peculiar essência corporativa e na estrutura e funcionamento que lá se geram. Chamá-lo de fascista não nos faz avançar um passo na compreensão do seu caráter” (MARINI, 2020, p. 08). Ao que nos parece, o sentido que Marini quer transmitir com a qualificação de corporativo ao Estado de contra-insurgência se deve ao monopólio que os tecnocratas civis e militares têm da cena política, garantindo-se a primazia dos interesses do grande capital monopolista nas políticas econômicas implementadas. Eles não são nada além de “representação política do capital”, não gozando de nenhuma autonomia relativa adicional em relação ao capital monopolista. Como vimos acima, esse Estado corporativo da burguesia monopolista e das Forças Armadas enquadra desde o primeiro momento a pequena burguesia fascista, blindando o aparelho de Estado de qualquer sujeito político que não represente os interesses estratégicos do capital monopolista. Mesmo as frações não hegemônicas do bloco no poder foram bloqueadas das suas representações

políticas, estando seus interesses – ainda que não excluídos por completo²⁷ – estrategicamente secundarizados pelos militares e pelos tecnocratas civis.

No Brasil, a expectativa de parcelas das classes dominantes, especialmente aquelas não monopolistas, de partidos e lideranças políticas expressivas, era de que o golpe de 1964 operasse uma curtíssima e cirúrgica contrarrevolução, atacando duramente as entidades sindicais e políticas dos trabalhadores, e que pavimentasse o caminho para as eleições em 1966. Semelhantemente, no Chile os recuos do governo Allende diante da Democracia Cristã e a repressão das Forças Armadas estavam pavimentando uma possível derrota eleitoral²⁸ da Unidade Popular. Todavia, pergunta Marini, “Por que, então, o golpe?”:

Porque somente ele permitiria resolver a crise do sistema de dominação em benefício do grande capital nacional e estrangeiro. Isso implicava, em primeiro lugar, repelir e desorganizar o movimento popular, golpeando seus partidos e eliminando as organização de massas e quadros avançados que ali tinham se formado; restaurar a unidade do aparato estatal e reforçá-lo, situando-o sobre as pressões que as diversas classes exerciam sobre ele; assentar sobre bases sólidas – as Forças Armadas – o poder do grande capital, e não sobre a base de uma aliança com os estratos burgueses e pequeno-burgueses, pois, se bem haviam sido úteis para criar as condições para derrotar o governo da UP, eles impediriam que o grande capital triunfante impusesse ao país a orientação desejada desde os tempos de Frei (MARINI, 2019, p. 62).

Além de ser o Estado da contrarrevolução, o Estado de contra-insurgência é visto por Marini como o Estado a serviço do capital monopolista, nacional e estrangeiro, destinado a superar o “Estado de toda a burguesia”. A ressoldagem do bloco no poder fora temporária, no limite da necessidade para desestabilizar e criar as condições para o golpe. Após este, as Forças Armadas, embebidas da doutrina de contra-insurgência, deveriam tomar a dianteira do aparato de Estado para, em conjunto com os tecnocratas civis do grande capital, implementar a política econômica de interesse do capital monopolista, o que passa pela “obtenção de altas taxas de mais-valia, à custa da superexploração dos trabalhadores” (MARINI, 2019, p. 262) e de um forte estímulo à concentração e centralização de capital, em prejuízo do interesse de setores da média e pequena burguesia.

Estas tarefas atribuídas ao Estado de contra-insurgência não lhe conferem um caráter antagônico em relação à democracia burguesa, característica típica do fascismo clássico, que se propunha um Estado de superação definitiva do regime democrático. Diferentemente disso, Marini enfatiza que *desde seu início o Estado de contra-insurgência se apresenta como defensor da democracia, uma espécie de regime transitório e saneador, que após cumprir sua tarefa de restaurar a dominação burguesa, deveria se institucionalizar, transmutando-se numa democracia restringida*. Em suas palavras, trata-se de uma “‘abertura’ política que preserve o essencial do Estado de contra-insurgência”, mediante a “institucionalização da participação direta do grande capital na gestão econômica e na subordinação dos poderes do Estado às Forças Armadas” (MARINI, 2020, p. 13).

Definitivamente, essa característica contrasta claramente com a ideologia fascista, a qual enxergava na democracia burguesa a corrupção da nação, a fratura da mítica unidade originária em virtude de ideologias fragmentadoras que emergem em condições democráticas, tais como a luta de

classes do marxismo e o individualismo liberal. O Estado fascista, por sua vez, representaria a superação do socialismo (luta de classes) e do capitalismo liberal (individualismo), instaurando o corporativismo, que, segundo Togliatti, seria o “meio de eliminar a luta de classes” (1978, p. 102) em favor da colaboração entre elas. Para o fascismo, portanto, no futuro não se projeta nada que não seja o fortalecimento do próprio Estado fascista.

Considerações finais

Como demonstramos ao longo da exposição, parte dos pesquisadores da teoria marxista da dependência caracterizam os Estados de exceção latino-americanos dos anos 1960 e 1970 como *neofascistas* ou *fascistas dependentes*, porquanto (semelhantemente ao fascismo europeu dos anos 1920 e 1930) constituíam-se como o último recurso de dominação disponível à burguesia para salvaguardar o capitalismo acossado pela profunda crise econômica e, principalmente, pela crise política revolucionária. Ademais, o *fascismo dependente* – tal como o fascismo clássico – não apenas garantiria a sobrevivência do capitalismo, mas também o conduzia a uma nova modalidade de acumulação, marcada pela dominância econômica do capital monopolista, e uma nova forma de dominação política, expressa na hegemonia do grande capital no bloco dominante de cada formação social latino-americana. Entendemos que essa parcela de pesquisadores, ao seguirem esse caminho, acabam por aderir à leitura da III Internacional Comunista, secundarizando o movimento de massas e a organização da pequena burguesia no conceito de fascismo, imprimindo um “aspecto formal”, particular, cuja inexistência não invalidaria a qualificação de fascista às ditaduras instauradas no Cone Sul.

Num sentido contrário a esses pesquisadores, apresentamos a análise de Marini que apresenta uma discrepância em suas referências no entendimento do fascismo clássico, valendo-se, mesmo que tacitamente, da formulação de Nicos Poulantzas. Para o marxista grego, o processo de fascistização ocorre como avanço político da burguesia, em seguida à derrota estratégica da classe operária e dos movimentos populares, porém, tal ofensiva burguesa se inscreve em um contexto de crise de hegemonia que abala as alianças internas ao bloco dominante burguês e fratura sua organização, permitindo a emergência da pequena burguesia, organizada em partido, como força social decisiva na cena política, que se radicaliza em defesa de formas de Estados de exceção.

No primeiro período no poder, ainda segundo Poulantzas, a política do fascismo para o estabelecimento da hegemonia do grande capital monopolista, de um lado, realiza concessões às massas populares – “o que não impede, antes pelo contrário, a eliminação da sua vanguarda” –, e, de outro, permite que a pequena burguesia, sem nunca se tornar classe politicamente dominante, transforme-se em *classe reinante* e até mesmo em *classe detentora* do Estado. Já no momento seguinte de estabilização no poder, a fração do grande capital monopolista estabelece sua hegemonia, retoma o estatuto de classe reinante, desalojando a pequena burguesia, mesmo que esta continue a ser a classe detentora do Estado

– destacando que, na análise poulantziana, o Estado fascista possui como característica uma marcada presença de um partido de massa no interior dos aparelhos ideológicos de Estado.

Na América Latina, apesar da derrota e da crise de organização do proletariado e dos movimentos populares, da ofensiva do grande capital monopolista, da forte presença da burguesia agrária e do importante peso político que a pequena burguesia assume, sobretudo nos países do Cone Sul, o que se observou foi a conformação de um bloco no poder que se apoia não em qualquer setor ou partido da pequena burguesia, mas sim nas Forças Armadas. Não se invade “por fora” o aparelho de Estado, o direciona a partir de mecanismos internos. Ou seja, o instrumento de acesso ao poder é endógeno ao aparelho repressivo de Estado, e não se observa qualquer fusão do movimento reacionário pequeno burguês e suas organizações políticas com o aparelho de Estado.

A preeminência do argumento de Marini, ao nosso ver, encontra-se neste aspecto decisivo. O cientista social brasileiro foi capaz de compreender que a crise de hegemonia burguesa, nos países dependentes, se resolvia a partir de uma organização corporativa existente no aparelho de Estado: as Forças Armadas. O Exército era assim o principal agente não apenas de repressão e terror, mas também político, desempenhando simultaneamente papel extramilitar e de militarização da política.

A fusão dos interesses corporativos das Forças armadas e da burguesia monopolista, como adverte Marini, não poderia assim obscurecer o fato de que as primeiras não são senão “um corpo de funcionários cuja vontade econômica e políticas é rigorosamente da classe a que serve”, enquanto aquela se constitui em “fração propriamente capitalista” do bloco dominante nas formações sociais do capitalismo dependente (MARINI et al., 1978, *on line*). O fato de que o bloco dominante nos países dependentes latino-americanos, após derrotar e desarticular o movimento operário, se mantenha chancelando o regime de exceção permanente e se veja forçado a continuar a reprimir pelo terror as organizações políticas e sindicais, não é suficiente para qualificar um regime como fascista.

A nosso ver, as duas análises apresentadas nesse artigo (Vânia Bambilra e Theotônio dos Santos de um lado e Ruy Mauro Marini do outro) partem de bases analíticas diferentes: a primeira se assemelha à análise e interpretação do fascismo clássico da Internacional Comunista, em especial a análise de Dimitrov, e chega a conceituação de *fascismo dependente*; enquanto que o segundo se assemelha à análise e interpretação do fascismo clássico de Poulantzas e chega a conceituação de *estado de contra-insurgência*.

Entendemos que cada perspectiva, a seu modo, contribui para a problematização dos golpes e ditaduras latino-americanas do século XX. Atentamos, no entanto, que o desvendamento do real deve partir dele mesmo e não podemos tentar encaixar tais problematizações à realidade de hoje sem as devidas ponderações. Com isso, objetivamos nesse artigo contribuir não apenas para a análise daquela conjuntura histórica específica, mas também subsidiar as análises da atual conjuntura que apresenta alguns aspectos de continuidade e ruptura daquela.

Referências:

- BAMBIRRA, Vânia. **O capitalismo dependente latino-americano**. 4 ed. revisada. Florianópolis: Insular, 2019.
- BAMBIRRA, Vânia. O Estado no Brasil: de João Goulart a João Figueiredo. **Terra Firme**, Rio de Janeiro, Ano I, Volume I, p. 9-22, 1985. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/vaniabambirra/wp-content/uploads/2019/07/estadogoulartafig.pdf>.
- BAMBIRRA, Vânia; SANTOS, Theotônio dos. Brasil: nacionalismo, populismo y dictadura – 50 años de crisis social. In: GONZÁLEZ CASANOVA, Pablo. **América Latina: Historia de Medio Siglo**. 11. ed. México, D.F.: Siglo veintiuno, 1988 [1977].
- BAMBIRRA, Vânia; SANTOS, Theotônio dos. Dictadura militar y fascismo en Brasil. In: ALMEYDA, Clodomiro; BAMBIRRA, Vania; BORON, Atilio. **El control político en el cono Sur**. México: Siglo veintiuno, 1978.
- BRIONES, Alvaro. **Economía y política del fascismo dependiente**. México: Siglo XXI, 1978.
- BRIONES. El neofascismo en América Latina. **Problemas del Desarrollo**, México, Vol. 6, N. 23, Agosto-October, p. 25-50, 1975. Disponível em: <https://www.probdes.iiec.unam.mx/index.php/pde/article/view/41501/37728>.
- BRIONES, Alvaro; CAPUTO, Orlando. América Latina: nuevas modalidades de acumulación y fascismo dependiente. In: ALMEYDA, Clodomiro; BAMBIRRA, Vania; BORON, Atilio. **El control político en el cono sur**. México D.F.: Siglo XXI, 1975.
- BORON, Atilio. El fascismo como categoría histórica: en torno al problema de las dictaduras en América Latina. **Revista Mexicana de Sociología**, México, v. 39, n. 2, p. 481-528, abril-junio, 1977. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/3539775>. Acesso em: 03/01/2022.
- CARDOSO, F. H. **Autoritarismo e democratização**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.
- IANNI, Octavio. **A ditadura do grande capital**. São Paulo: Expressão Popular, 2019.
- MARINI, Ruy Mauro. **Subdesenvolvimento e revolução**. Florianópolis: Insular, 2012.
- MARINI, Ruy Mauro. O Estado de contrainsurgência. In: NASCIMENTO, Adriano; NUNES, Elaine; FIDELIS, Thays (orgs). **Economia, política e dependência: contribuições para a análise do Estado e da superexploração da força de trabalho no capitalismo dependente**. Maceió: Edufal, 2020.
- MARINI, Ruy Mauro. **O reformismo e a contrarrevolução. Estudos sobre o Chile**. São Paulo: Expressão Popular, 2019.
- MARINI, Ruy Mauro In: TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro (org.). **Ruy Mauro Marini: vida e obra**. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- NETTO, José Paulo. **Ditadura e serviço social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64**. 17 ed. São Paulo: Cortez, 2015.
- PACHUKANIS, Evguiéni B. **Fascismo**. São Paulo: Boitempo, 2020.
- POULANTZAS, N. **Fascismo e ditadura**. Porto: Portucalense Editora, 1972.
- POULANTZAS, N. **Poder político e classes sociais**. Campinas: Editora da Unicamp, 2019.
- SANTOS, Theotônio dos. A ideologia fascista no Brasil. **Revista Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, n. 3, p. 51-63, 1965.
- SANTOS, Theotônio dos. Socialismo e Fascismo na América Latina hoje. In: NASCIMENTO, Adriano; NUNES, Elaine; FIDELIS, Thays (orgs). **Economia, política e dependência: contribuições para a análise do Estado e da superexploração da força de trabalho no capitalismo dependente**. Maceió: Edufal, 2020.

SANTOS, Theotônio dos. Socialismo o Fascismo: El nuevo carácter de la dependencia y el dilema latinoamericano. In: **Obras reunidas de Theotônio dos Santos**, México: UNAM, 2015 [1971]. Disponível em: <http://ru.iiec.unam.mx/3098/1/SocOFas.pdf>.

SANTOS, Theotônio dos. Capitalismo dependente, democracia y socialismo. In: **Obras reunidas de Theotônio dos Santos**, México: UNAM, 2015 [1991]. Disponível em: <http://ru.iiec.unam.mx/3098/1/SocOFas.pdf>.

SANTOS, Theotônio dos. La cuestión del fascismo en America Latina. **Cuadernos Políticos**, México, n. 18, p. 13-34, octubre-diciembre, 1978. Disponível em: www.iiec.unam.mx.

TOGLIATTI, Palmiro. **Lições sobre o fascismo**. São Paulo: Editora Ciências Humanas, 1978.

VEIGA, Patrick. “Doutrina de segurança nacional: da construção do inimigo externo à conexão repressiva nas ditaduras de segurança nacional na América Latina entre os anos 1960-80”. **Revista Movimento: crítica, teoria e ação**. São Paulo. Disponível em:

<https://movimentorevista.com.br/2021/06/doutrina-de-seguranca-nacional-da-construcao-do-inimigo-externo-a-conexao-repressiva-nas-ditaduras-de-seguranca-nacional-na-america-latina-entre-os-anos-1960-80/>. Acesso em 06/12/2022.

Notas

¹ Mestrado em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Alagoas. Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico do Instituto Federal de Alagoas. Pesquisador do Grupo de Pesquisa Estado, Direito e Capitalismo Dependente - <http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/202118>. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3571073070344934>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-002-1589>. E-mail: gabrielmbeltrao2@gmail.com.

² Mestre em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Doutoranda em Serviço Social pela Universidade Federal de Alagoas. Pesquisadora do grupo de Pesquisa Estado, Direito e Capitalismo Dependente - <http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/202118> e do Grupo de Pesquisa Sobre Reprodução Social - <http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/172616>. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7930145942348252>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8713-0451>. E-mail: thays.karoll@gmail.com.

³ Como é apresentado no artigo *O ciclo do capital na economia dependente* de Marini.

⁴ Sobre os planos de governo brasileiro consultar IANNI (2019).

⁵ Júnior, Theotônio. “A ideologia fascista no Brasil”. In: *Revista Civilização Brasileira*, nº3, São Paulo, Editora Civilização Brasileira, 1965, pp. 51-63.

⁶ “Como regime político, o fascismo adotou formas bastante diversificadas e creio que seria muito difícil estabelecer propriamente uma definição a respeito das formas particulares que o Estado assumiu nos diferentes regimes fascistas” (SANTOS, 1977, p. 143). Mais à frente, assevera Santos: “Neste sentido, estaria de acordo com o afirmado anteriormente, em que se reconhecia dentro da Terceira Internacional este caráter diversificado do fascismo já em 1934-35, quando já estava bastante claro que o fascismo alemão, o fascismo italiano, o búlgaro, etc., não eram a mesma coisa” (SANTOS, 1977, p. 145).

⁷ Bambirra e Santos (1988 [1977], p. 112) definiram este fenômeno típico da industrialização brasileira/latino-americana como uma “acumulação externa de capitais”, dada a necessidade que o capitalismo dependente tem de produzir acúmulo em moeda conversível (libra, dólar estadunidense) para a aquisição no mercado internacional de matérias-primas, máquinas, tecnologias e serviços sofisticados não produzidos internamente.

⁸ “O espaço da cena política tem então em Marx uma função bem precisa: é o lugar onde se pode identificar uma série de defasagens entre os interesses políticos e as práticas políticas de classes, por um lado, e sua representação partidária, os próprios partidos políticos, por outro. A cena política, como campo particular de ação dos partidos políticos, está com frequência defasada em relação às práticas políticas e ao terreno dos interesses políticos das classes, representadas pelos partidos na cena política; essa defasagem é pensada por Marx mediante a problemática da ‘representação’” (POULANTZAS, 2019, p. 253).

⁹ Dmitrov, Giorgi. *A luta pela unidade da classe operária contra o fascismo*, 1935. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/dimitrov/1935/fascismo/01.htm#1>. Acesso em 06/01/2022.

¹⁰ No que tange ao fascismo clássico e a transmutação do movimento fascista em regime político do Estado de exceção, diz Dos Santos: “(...) o movimento fascista só pode chegar ao poder pela mão dos conservadores e, especificamente, quando o grande capital que domina o Estado e a sociedade tem dele necessidade, o aceita e o promove. (...) o regime fascista deverá refletir os interesses hegemônicos do grande capital. Isto entre em contradição aparente com a base social do fascismo” (2020, p. 58). A depuração do “setor antimonopolista do movimento” não impede, entretanto, que o regime fascista se sustente no apoio ativo conferido por “amplos setores pequeno-burgueses e operários” (Idem, p. 67), o que lhes garante uma força política não existente nas expressões dependentes do fascismo.

¹¹ “A ala fascista do regime (...) não determinava o conjunto da política e da ideologia do Estado. Pelo peso da instituição militar no governo e no aparato de Estado, o regime poderia ser definido como uma ditadura militar com tendências fascizantes. A

partir de 1968 a repressão sofreu uma mudança de qualidade, ao aprofundar-se seja para controlar a opinião pública que a havia hostilizado, seja para combater centralizadamente a aberta oposição armada. (...) À falta de apoio organizado da pequena burguesia, que havia se afastado do regime ao sofrer os impactos da política econômica, este tinha que se sustentar basicamente no aparato militar-policial. Alguns grupos fascistas que se desenvolveram em contraposição ao movimento popular, foram assimilados ao aparato repressivo como colaboradores, outros foram integrados ao aparato ideológico, particularmente a educação” (BAMBIRRA; SANTOS, 1978, p. 175).

¹² A começar pelo próprio Roberto Campos, “um dos mais expressivos teóricos do desenvolvimento dependente” e colaborador de todos os governos burgueses desde Vargas. Com o golpe foi alçado ao posto de Ministro do Planejamento e posterior embaixador na Inglaterra. Além dessa vida pública, Campos era “diretor-presidente do Investbanco, cujos principais acionistas são o Chase Manhattan Bank e o First National City Bank” (BAMBIRRA; SANTOS, 1978, p. 161). No mesmo artigo, Bambirra e Santos expõem uma série de nomes de representantes orgânicos do grande capital ocupantes de altos cargos no Estado durante o regime fascista.

¹³ A fim de evitar simplificação do autor, convém afirmar que, para FHC, entre o poder burocrático e tecnocrático e a sociedade civil não há uma linearidade de poder do primeiro em relação à segunda. Os “vários setores do Estado [são vistos] como facções em luta política. A burocracia e a tecnocracia deveriam ser pensadas como aparatos (diversos, naturalmente) a serviço de interesses políticos (sem deixar de incluir entre eles o poder econômico)” (CARDOSO, 1975, p. 182). As burocracias públicas estão permeadas por interesses de classes, bem como o sistema político corta, “horizontalmente”, as burocracias públicas e privadas. Há, portanto, um conjunto de interesses privados que se expressam nas variadas esferas do Estado. Este jogo político, no entanto, “encontra limites tanto nos interesses objetivos (de poder e econômicos) dos respectivos eixos fundamentais de ordenação estrutural”, quanto no fato de que o Estado é um bloco diante da questão fundamental: não pôr em risco “o caráter fundamental do Estado, como um Estado de Desenvolvimento Capitalista” (CARDOSO, 1975, p. 183). Neste ponto é justo e coerente com o autor interpretar que cabe ao “estamento burocrático-militar” a garantia dessa dimensão estrutural do Estado, dada sua posição de “facção hegemônica” acima dos interesses particularistas da sociedade civil.

¹⁴ Santos em *Democracia e socialismo no capitalismo dependente*, assim sintetiza esta chave de leitura da ditadura: “O autoritarismo latinoamericano é fruto, não dos interesses concentradores e marginalizadores do grande capital, mas dos interesses corporativos dentro das sociedades subdesenvolvidas. Se volta assim à visão que associava os problemas da região a seu atraso e não a sua inserção dependente na economia mundial. Se estabelece assim uma cínica equação:

$$\text{Atraso econômico-social} + \text{interesses corporativos e oligárquicos} + \text{autoritarismo dos líderes operários} + \text{nacionalismo} = \text{Ditadura militar}$$

Essa equação encontra sua solução na anterior:

$$\text{Liberalismo econômico} = \text{Liberalismo político} \text{ (SANTOS, 1991, p. 108).}$$

¹⁵ Diz Dos Santos: “A questão da dependência perde sua relevância no mundo interdependente. O capitalismo dos países dependentes pode ser compatível com a democracia liberal e podem abrir-se novos caminhos de desenvolvimento negociado que excluam a ditadura, a concentração e a marginalização. A tarefa mais importante era, então, retirar o poder do autoritarismo estatal e abrir caminho à sociedade civil, à livre iniciativa etc” (SANTOS, 1991, p. 108).

¹⁶ “Estamos por certo muito longe de uma conjuntura que permita, neste sentido, uma real democratização. É um exagero supor, entretanto, que existam razões de ordem internacional, interesses de segurança nacional ou razões privadas (como a necessidade de acumulação ou crescimento) em função dos quais o Estado deve impedir as transformações políticas necessárias. Existem, isso sim, imperativos do estilo degradado da *realpolitik*, estratégias de voo curto de grupos que, enraizados no aparelho de governo, fazem passar por razões de Estado a defesa do imobilismo político que beneficia o *status quo* e especialmente as posições pessoais de poder. (...) as contradições existentes no próprio sistema de poder acabarão por fazer ruir este tipo de racionalização do imobilismo burocrático-repressivo, se a eles se juntar a pressão dos grupos e classes que estão fora do Bloco de Poder (...)” (CARDOSO, 1975, p. 238).

¹⁷ Cf. texto em castelhano no link: http://www.marini-escritos.unam.mx/055_estado_contraainsurgencia.html. O artigo foi traduzido para o português por Rodrigo Castelo (professor da Escola de Serviço Social da Unirio) e pode ser acessado no seguinte link: <https://periodicos.unb.br/index.php/repam/article/view/20985>. O texto foi recentemente publicado no livro, *Economia, política e dependência*, Edufal, 2020.

¹⁸ “Estaremos, assim, seguindo os ensinamentos dos marxistas europeus que utilizaram, para a análise do fascismo, o ponto de referência que tinham em relação à contrarrevolução burguesa – o bonapartismo –, sem assumir que se trata de fenômenos idênticos; na verdade se preocuparam em estabelecer a especificidade do processo fascista e das formas de dominação e do Estado a que este dava lugar” (MARINI, 2020, p. 26).

¹⁹ Em escrito de 1967, intitulado *Subdesenvolvimento e Revolução*, Marini enxerga o populismo como um “jogo político” em que a burguesia industrial lança mão da pressão das massas urbanas para garantir o seu “predomínio dentro da coalizão dominante”, ou seja, trata-se de um “jogo político” interno ao bloco no poder, um conflito intraburguês, entre a burguesia industrial e a burguesia agroexportadora. O “jogo político” populista tem como fruto “o estabelecimento de regimes de tipo bonapartista” (2012, p. 57), cujo exemplo mais claro seria o governo de Perón na Argentina. “O bonapartismo se apresenta, nesta perspectiva, como o recurso político utilizado pela burguesia para enfrentar seus adversários” (MARINI, 2012, p. 58). Ao fim e ao cabo, populismo e bonapartismo parecem se constituir enquanto sinônimos para Marini, perfazendo os governos na região que vigoraram até os golpes militares e a instauração do Estado de contra-insurgência, entre as décadas de 60 e 70.

²⁰ A interpretação de Poulantzas acerca das condições de emergência do fascismo contradiz as teses da Internacional Comunista expressas entre o 4º e o 6º congressos. Sinteticamente, a leitura da IC era a seguinte, segundo o autor grego: “(...) a fascismo como estratégia unicamente *defensiva* do capitalismo, como fenômeno exclusivamente redutível à *fraqueza* da burguesia e como sinal infalível da iminência da sua última hora (...)” (1972, p. 53).

²¹ “Ora, por intermédio do partido fascista, a pequena burguesia intervém na cena política como força social: (...) ela desempenha nesta aliança [com a burguesia] *um papel relativamente autônomo em relação ao grande capital*. Agora, a pequena burguesia já não está mais pura e simplesmente ‘a reboque’ da burguesia, como quando era representada pelos partidos burgueses tradicionais” (POULANTZAS, 1972, p. 23, vol.II).

²² A expressão “ressoldagem” foi a mesma utilizada por Poulantzas para se referir ao efeito que, em regra, a luta contra o inimigo comum – o proletariado – traz para o bloco no poder, efeito este não detectado na emergência do fascismo em virtude da “extensão dos efeitos dessa politização [da luta de classes] às contradições *no próprio seio* do bloco” (1972, p. 76, vol.1).

²³ Especificamente em relação ao Chile, Marini detecta uma peculiaridade na situação da pequena burguesia em relação ao bloco no poder e ao Estado, caso comparado ao Brasil e ao México. A pequena burguesia chilena, segundo ele, teria se valido dos seus privilégios em relação ao proletariado para conformar uma pequena burguesia burocrática que “consegue manter a posição conquistada, sem que isso acarrete o desprendimento da classe de onde provém e sua incorporação à burguesia” (2019, p.112). Há uma manutenção da “relação de classe a classe” que permite à pequena burguesia “valer seu peso e impor à burguesia, necessitada de votos, o respeito à aliança contraída”. Assim, “a pequena burguesia chilena converte-se em uma verdadeira camada política dirigente que, respondendo aos interesses de sua classe, faz dela, em seu conjunto, uma classe de apoio ativa ao sistema de dominação vigente” (p. 113). Esta aliança da pequena burguesia com a burguesia em torno do sistema de dominação foi fragilizada com as contradições do bloco no poder em favor do capital monopolista durante o governo de Eduardo Frei (DC).

²⁴ Conceito de “classe-apoio” de Nicos Poulantzas - presente na obra *Poder Político e Classes Sociais* - ao qual Marini faz referência explícita no seu artigo *A Pequena Burguesia e o Problema do Poder* de 1973. Cf. *O Reformismo e a Contrarrevolução – Estudos sobre o Chile*, Expressão Popular, 2019. Nestes escritos sobre o Chile, Marini afirma que a pequena burguesia chilena – proprietária e não proprietária – era uma “classe ativa de apoio” (2019, p. 122) ao sistema de dominação que entrou em crise com a nova etapa da dependência. A aliança da pequena burguesia com o bloco no poder em torno da preservação do sistema de dominação vigente começa a se esgarçar durante o governo Eduardo Frei, que adota uma política econômica do interesse do grande capital e em prejuízo à média e pequena burguesia.

²⁵ Por classe reinante entende-se a classe ou fração “cujos partidos políticos estão presentes nos lugares dominantes da cena política” (POULANTZAS, 2019, p. 254), que não necessariamente se confunde com a classe ou fração hegemônica no bloco no poder. A classe reinante não pode sequer fazer parte do bloco no poder, como foi o caso do fascismo. Segundo Poulantzas, com o fascismo no poder, a pequena burguesia foi elevada à condição de classe reinante, através da qual os interesses políticos da classe hegemônica – capital monopolista – se faziam representar. Num primeiro momento, o partido fascista, exterior ao aparelho de Estado, invade-o, de fora, “domina os ramos do aparelho repressivo de Estado, o exército, a administração, a polícia, a magistratura” (1972, p. 125, vol. II). Com a estabilização do regime, os aparelhos devidamente modificados passam a dominar o partido fascista. Nesta reorganização do aparelho de Estado, a polícia política ganha centralidade, traço peculiar do fascismo segundo Poulantzas. O mesmo autor afirma que nesta etapa de estabilização, a pequena burguesia passa a se limitar à condição de classe detentora do aparelho de Estado, reflexo dos interesses do capital monopolista que o fascismo passou a representar. Ainda assim, o “papel de força social manifesta-se a partir de agora, principalmente, por efeitos característicos nestes aparelhos” (Idem, p. 24). As formas de que estes aparelhos se revestem não responderiam *imediatamente* aos interesses do grande capital, “nem pelo papel ideológico geral do fascismo”, mas sim ao papel da pequena burguesia enquanto força social ocupante desses aparelhos.

²⁶ Importante observar que Marini fala em ramo econômico, não em ramo civil, o que denota que o buslís aqui não é a contraposição entre militar-civil, como impera na literatura liberal-democrática, mas sim o traço de classe dos elementos civis.

²⁷ Em consonância com os conceitos poulantzianos de bloco no poder e hegemonia, Marini afirma que “embora o Estado de contrainsurgência seja o Estado do capital monopolista, cujas frações constituem o bloco no poder, *não exclui a participação das demais frações burguesas*” (2020, p. 33, grifos nossos), ainda que em condição subordinada. O desdobramento político é o de que “é incorreto supor que as camadas burguesas não monopolistas podem estar interessadas na supressão” do Estado de contrainsurgência, o que explicaria o fracasso das frentes antifascistas diante da rejeição delas por parte da burguesia não monopolista.

²⁸ Na leitura de Marini, “O golpe estava praticamente consumado e tornava-se realmente *desnecessário* recorrer à força das armas para consagrá-lo: o próprio Allende, após oferecer à DC, sem sucesso, todas as exigências da reação, dispôs-se a anunciar ao país um plebiscito sobre a sua renúncia. O simples fato de tomar essa atitude significava a capitulação, levando a DC a estender avidamente as mãos para apanhar a faixa presidencial que caía como uma ‘pena madura’” (MARINI, 2019, p. 62, grifo nosso).

Recebido em: 14 de abr. 2022

Aprovado em: 22 de abr. 2022